Inquisição e imigração: a trajetória de Familiares do Santo Ofício no Grão-Pará e Maranhão e na Capitania do Ceará (século XVIII)

Antonio Otaviano Vieira Junior
UFPA/CNPq

Marília Cunha Imbiriba dos Santos
UFPA/RUMA

Apresentação

O presente ensaio tem como objetivo comparar a trajetória de vida de dois imigrantes portugueses. Além do fato de serem lusitanos, ambos pleitearam a nomeação como Familiar do Santo Ofício, no século XVIII. E mais, aqui desse lado do Atlântico, enriqueceram. Assim, discutiremos as trajetórias de imigrantes que aportaram na América Portuguesa. Mas, não o faremos apresentando um grande contingente populacional ou números que passeiem na casa dos milhares. O esforço é de trabalhar com dois migrantes, "fazendo perguntas gerais para casos específicos" – como tão bem nos ensinou Giovanni Levi.

O corpo documental que ampara nossa reflexão é a habilitação de Familiar do Santo Ofício, uma documentação riquíssima e pouco explorada pelos estudos demográficos.[1] Seu potencial como fonte estar atrelado à riqueza e variedade das informações arroladas. A habilitação como Familiar incluía a análise da genealogia do candidato, desde bisavós, para descobrir se havia na história da família *raça alguma de judeu, cristão-novo, mouro, mulato, negro ou mourisco ou descendente de outra infecta nação...*[2] Além disso, era investigado se o candidato vivia *descentemente,* ou seja, se tinha um cabedal significativo, se sabia ler e escrever, se não tinha na família nenhum *trabalhador mecânico,* algum parente punido pela Inquisição ou acusado do crime de lesa-majestade, e se não era pai de filho ilegítimo. Caso o candidato fosse casado à investigação também se estendia à esposa e sua família. A Inquisição utilizava *investigadores,* custeados pelos habilitandos, em todos os locais de origem e de morada do candidato e das suas gerações passadas. Nesses lugares, testemunhas eram convocadas e respondiam as perguntas dos inquisidores acerca do passado da família e do próprio candidato.

1 VIEIRA JR., Antonio Otaviano. "Demografia Histórica, família e inquisição: possibilidades metodológicas a partir da habilitação de Familiar". *Revista de História Unisinos*, vol. 15, nº 1, 2011, p. 71-79.

2 Direção Geral de Arquivos/Torre do Tombo (DGARQ/TT), Habilitação do Santo Ofício, maço 157, proc. 1267.

Uma documentação que nos possibilita, mesmo com limites, acompanhar a história da família dos nossos imigrantes. Ao estabelecer possibilidade de análise das trajetórias, ao escolher nossos personagens, não consideramos apenas o ponto comum da partida, mas também consideramos o local da chegada; e aqui encontramos lugares e datas diferentes. Um aportou no Grão-Pará e Maranhão: com seus rios sinuosos, seus vastos territórios impregnados de florestas, suas contendas entre leigos e religiosos tão zelosos no controle da mão-de-obra indígena e sua importância econômica, política e militar para o Império – que levou o próprio Marques de Pombal nomear um irmão como governador do Estado e criar um corpo de lei específico para normatizar as relações entre colonos e populações indígenas. Em 1734 na cidade de Belém aportou Elias Caetano de Mattos.

O outro viveu a seca do Sertão do Ceará. Conviveu com uma população que tinha no deslocamento a principal estratégia de enfrentamento diante da calamidade da escassez de água, que entre 1791-1793 enfrentou a famosa "Seca Grande"; responsável pela fragilização de sua economia exportadora. No Ceará a pecuária se impunha como principal atividade, baseada na produção do charque e na dizimação ou expulsão de vários povos indígenas: que resistiram e sucumbiram ao avanço do gado. Ao mesmo tempo a importância da capitania, para os administradores do Império lusitano, pode ter sido traduzida no fato de que em toda a capitania não existiu nenhuma povoação, incluindo a capital, que merecesse o "status" político de cidade – diferente de Belém do Grão-Pará ou de São Luiz, que desde o século XVII já eram cidade. Em 1749, com apenas 10 anos de idade, João Pinto Martins chega à Recife e em poucos anos inicia seus negócios e morada na vila de Aracati na capitania do Ceará.

Se por um lado partiram de Portugal, um de Lisboa e outro do Bispado de Braga (Meixomil), atracaram em lugares diferentes. O que inicialmente nos faz valorizar suas partidas, ao considerar também as singularidades e diferenças entre localidades portuguesas. A busca da trajetória de vida desses dois imigrantes centralizará seu foco nas suas famílias em Portugal. Ou seja, no esforço de não reduzir o fenômeno da imigração as configurações macro econômicas, políticas e sociais, centralizaremos nosso olhar para percepções das condições de vida que cercaram tais famílias.

Elias Caetano de Mattos

Elias chegou à cidade de Belém do Grão-Pará no ano de 1734. Nesse período a circulação de pessoas que partiam de Portugal para a América portuguesa não era nenhuma novidade – mas, um problema para governantes portugueses. Desde 1645 já se esboçava leis proibitivas que buscavam regular a saída de portugueses rumo ao "Novo Mundo": nesse ano foi publicado um alvará no dia 06 de setembro que proibia a saída do Reino sem passaporte. No dia 16 julho de 1709 uma resolução buscava restringir a saída de lusitanos para o Brasil, sob pena de confisco de bens aos infratores. No mesmo ano, no dia 25 de novembro, foi imposta a obrigatoriedade de um passaporte para quem viajasse ao Brasil. Ainda sentindo a ineficácia de tais medidas a Coroa, no dia 20 de março de 1720, publica uma nova lei para tentar dificultar o êxodo para Brasil. No ano de 1732 o Conselho Ultramarino alerta ao rei sobre o perigo de se despovoar Portugal se nada fosse feito para impedir o fluxo para o Brasil. No

dia 06 de dezembro de 1755 uma nova lei era promulgada visando limitar a migração para o Brasil[3]. O que em síntese devemos destacar desse conjunto de leis é que existia um fluxo contínuo de migrantes portugueses para o Brasil, pelo menos entre os anos de 1645-1755, e que esse movimento era considerado um problema pelos administradores do Reino. [4]

O que coloca nosso amigo Elias num rol de pessoas que não deixava a terra pátria dentro de uma política de povoamento orquestrada pelo Estado ou de maneira compulsória. Mas, sim poderia se enquadrar num fluxo populacional baseado na iniciativa individual de homens e mulheres (mais homens que mulheres) que buscavam no outro lado do Atlântico uma nova vida, uma forma de fugir dos problemas e limites encontrados nos cotidianos vivenciados em Portugal do século XVIII. Como exemplo, mesmo considerando as imprecisões das informações, entre 1700-1760 foram mais 600 mil portugueses que foram atraídos pela possibilidade de enriquecimento rápido através da mineração no Brasil. Destes, 96% eram homens e 47% eram solteiros. Marcante foi fluxo de homens solteiros que partiam de Portugal rumo ao Brasil na primeira metade do século XVIII, nessa onda Elias navegou parcialmente. Chegou à Belém, homem solteiro rapidamente começou a enriquecer. Mas, ao contrário da tônica da época, não buscou os diamantes ou o ouro das Minas e nem mesmo esteve no mundo do açúcar nordestino.

Buscara terras que se movimentavam em torno da exploração das drogas do sertão, do cultivo da cana de açúcar, do tabaco, do algodão e de outros gêneros. Um mundo que assistia desde fins do século XVII um confronto relacionado à manipulação da mão-de-obra indígena (Elias utilizará essa força de trabalho), um esforço de ampliar a presença de escravos negros e a criação pela Coroa da Companhia do Comércio do Maranhão para incrementar o tráfico negreiro e a circulação de produtos.[5] O próprio contingente populacional da região entrava em ebulição com as mortes causadas por surtos de bexiga, pela movimentação de índios beneficiados pela "liberdade geral" e organizados em aldeamentos, pela entrada de africanos e pela continua chegada de portugueses – como Elias.

Voltando a Portugal, não encontramos nenhum parente próximo de Elias atravessando o Atlântico – teria sido ele o primeiro? Por outro lado tal informação nos faz pensar que nem todos os homens solteiros portugueses, diante de dificuldades econômicas buscavam terras "brasileiras". Entretanto, desde muito cedo, sua família se submeteu a processos de migração. Circulavam entre freguesias próximas e até mesmo entre vilas e cidades mais distantes. O que efetivamente nos mostra que buscar novas terras e se movimentar como estratégia de sobrevivência e enriquecimento não era novidade para a família de Elias.[6]

3 Colleção das Leys, Decretos e Alvarás. Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, MDCCXC, s/p.

4 COSME, João dos Santos Ramalho. *A emigração portuguesa para o Brasil na 2ª metade do século XVIII*. Sumário da Lição. Universidade de Lisboa, 2007, p. 6-7.

5 CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açaí, 2010, p. 124.

6 A trajetória de Elias de Mattos foi analisada a partir da Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 1, doc. 3.

A Família de Elias em Portugal

O avô materno de Elias, Antonio da Costa, em 1635 havia sido batizado na vila de Óbidos, mais especificamente na freguesia de São Pedro. Com a idade de aproximadamente 28 anos casou com sua avó materna, Leonor Maria que a época (1663) tinha 23 anos de idade. O avô morou muito tempo em Lisboa, o que pode ser em parte explicado por seu ofício: alfaiate. Ainda em fins do século XVII, a capital do Império lusitano era um centro de atração para muitos naturais de outras partes de Portugal. E o era pelo fluxo de capital e pela amplitude de sua estrutura urbana, que aumentava as chances do emprego de mão-de-obra especializada.

Mesmo procurando viver em Lisboa, Antonio da Costa não rompeu os laços com Óbidos. Após ter uma filha, que seria a futura mãe de Elias, e ficar viúvo, frequentava com constância a freguesia natal. E o fazia para visitar a casa da irmã, que passou a cuidar da sobrinha. Ou seja, a mãe de Elias apesar de ter nascido em Lisboa, fora criada por uma tia em Óbidos. E só retornou para a capital portuguesa já mulher, onde posteriormente casou – não podemos afirmar se o retorno foi orquestrado a partir de um acordo nupcial, mas, é possível que sim.

Por sua vez, o avô paterno de Elias, Manoel Rodrigues, também era da mesma freguesia e vila do avô materno: o que abre a possibilidade de terem se conhecido em Óbidos. Manoel Rodrigues ainda em Óbidos tivera um filho chamado Antonio Rodrigues de Mattos, que nascera por volta de 1663 e viria a ser o pai de Elias. Considerando que os avôs travavam amizade ainda em Óbidos, podemos entender porque Antonio Rodrigues partira da vila natal rumo a Lisboa: lá havia um conhecido do pai de Antonio Rodrigues, que pode o ter colocado num grupo de relações que envolvia os mestres de ofício. A partir daí, na capital, Antonio Rodrigues aprendera o ofício de espingardeiro. Na trajetória paterna, Lisboa aparece como um lugar de oportunidades, uma alternativa aos limites da vila de Óbidos. Foi onde Antonio ganhou um ofício e uma esposa, reconfigurando novas relações sociais, a partir de uma rede que se centrava nos mestres artesãos, nas suas ruas especializadas e num conhecimento prévio gestado ainda na freguesia de São Pedro em Óbidos. O que nos possibilita perceber avós e pais em movimento migratório interno, marcando a história da família. Uma trajetória que se destacava tanto no lado paterno quanto no materno, e que se assentava numa possível sociabilidade que vinha da terra onde nasceram.

Em Lisboa o pai e a mãe de Elias iriam se conhecer. A mãe de Elias chamava-se Ana Maria e havia nascido em Lisboa por volta de 1711. Era filha de Antonio da Costa, mestre alfaiate que vinha de Óbidos, da freguesia de São Pedro e do lugar de Carvalhal – marcando uma "endogamia oculta".[7] O pai e o avô paterno de Elias eram do mesmo lugar, freguesia e vila: o que nos induz a acreditar que em

7 TRUZZI, Oswaldo. *Pautas matrimoniais na economia cafeeira paulista: São Carlos, 1860-1930*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/.../abep2010_2290.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012. Conceito que destaca a possibilidade de endogamia através do noivo e dos pais da noiva, mesmo esta não pertencer aparentemente ao mesmo grupo do futuro cônjuge.

Lisboa, o pai de Elias pode ter ficado sob os cuidados e proteção de um velho conhecido da família, e que se tornaria sogro.

Como aprendera um ofício, mais uma vez especula-se a intervenção do sogro, Antonio Rodrigues, o pai de Elias, morava em Lisboa numa rua destinada aos mestres espingardeiros. Desde D. João I (1385-1433) os mestres eram "arruados" em Lisboa, ou seja, cada ofício tinha uma rua específica. E nessas ruas os mestres deveriam morar, caso contrário, estariam passíveis de multas e prisões. A rua dos Espingardeiros era bem próxima a rua dos Alfaiates, a documentação pesquisada classifica a rua dos Alfaiates como um beco da dos Espingardeiros. Assim, a mãe de Elias após retornar da casa da tia em Óbidos morava com seu pai Antonio da Costa muito próxima a morada de outro Antonio, o Rodrigues – que viria a ser o pai de Elias. O que poderia aumentar a chance das famílias se conhecerem e se entrelaçarem – principalmente se consideramos que tinham a origem na mesma freguesia e vila. Estaria o avô materno de Elias investindo num possível genro!?

O pai de Elias tinha atrativos para ser considerado um "bom casamento", tais atrativos haviam em parte sido hipertrofiados pelo futuro sogro. Pensar a sociedade estamentária portuguesa é colocar a nobreza no topo da pirâmide social[8]; e ao mesmo tempo, reconhecer as várias faces dessa nobreza.[9] Por outro lado, entre o pico e a base da pirâmide, podemos encontrar uma gama de outros lugares sociais, incluindo aí os oficiais mecânicos. Desde a Idade Média dominar um ofício mecânico poderia ser uma forma de inserção e promoção social. A participação dos artesãos no cotidiano administrativo da cidade de Lisboa não se limitava a organização de festas religiosas. Através da Casa dos Vinte e Quatro, os representantes dos ofícios poderiam interferir na criação de impostos, no abastecimento e na limpeza da cidade.[10] Ou seja, embora Antonio Rodrigues (pai de Elias) não fosse um nobre e nem vivesse como tal, vivendo do trabalho do manual, sua condição de mestre espingardeiro o colocava num segmento social intermediário.

Sua projeção social era ampliada pelo fato de ter como ofício mecânico a produção de armas, valorizada por carta régia de 1515. Pois, entre os ofícios também havia uma hierarquia social, e ganhava destaque justamente ofícios marciais: "o armeiro-mor, juntamente com bombardeiros e espingardeiros, possuía honra de escudeiro. Juntos, foram considerados, por expressa vontade do rei, de todos oficiais 'os mais privilegiados e guardados' ".[11]

Assim, era vantajoso para um pai casar sua filha com um mestre espingardeiro, quando as portas da nobreza estavam fechadas. O ofício como marcador social e o papel paterno na escolha do cônjuge da filha impeliam ao seu avô materno valorizar o pai de Elias como um bom casamento. O lugar social do pretendente, o fato do pai da noiva ser alfaiate e serem vizinhos em Lisboa, ampliava

8 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O" Ethos Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social". *Almanack Braziliense*, nº 2, nov. 2005.

9 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

10 MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 22.

11 *Ibidem*, p. 30.

a possibilidade de arranjos matrimoniais entre eles. Mais um ponto pode ter concorrido para o esse casamento: as duas famílias tinham origem na mesma freguesia de São Pedro da vila de Óbidos, o que poderia ser indício de um fortalecimento da rede de sociabilidade que os cercavam – e quem sabe, criada ainda nos tempos que residiam na vila de Óbidos. Desse emaranhado de relações e possibilidades, considerando os fatores que podiam facilitar o casamento, na cidade de Lisboa, na freguesia de São Nicolau, no ano de 1699 os futuros pais de Elias casaram: ele com 36 anos e ela beirando os 19 anos. Um casamento que de certa forma deve ter sido um conforto para o sogro, pois este era viúvo e tivera filha criada por uma tia em Óbidos.

Aliás, num rápido retrospecto no local de casamento dos parentes masculinos de Elias, reparamos que o avô materno, o paterno, o pai e o próprio Elias não casaram nas freguesias onde foram batizados. Indicando a regularidade o deslocamento masculino dentro de sua família: o mesmo não se aplicava as mulheres, que em nenhum caso casou fora da vila onde foram batizadas – incluindo aí Quitéria Maria, esposa de Elias.

Ainda seguindo a prática migratória, os pais de Elias não fincaram por muito tempo residência em Lisboa. Seu pai, após aprender uma profissão, casar-se e ter um filho retornou para o lugar de Carvalhal da freguesia de São Pedro da vila Óbidos. Então foram alcançados pela morte, e apenas dois anos após o retorno, o pai de Elias falece. O que cria mais um drama familiar, e nos abre a possibilidade de compreender a migração como um fenômeno marcado também pelas contingências da vida. A mãe de Elias, Ana Maria, embora tivesse raízes familiares em Carvalhal, tanto pelo lado do marido como pelo do pai, não pode viver viúva e com filho em Óbidos: retornara para Lisboa, onde contava com apoio de uma irmã que morava próximo ao Hospital Real. Até então, Elias apenas acompanhara os pais de um lado para o outro: de Lisboa para Óbidos e de Óbidos para Lisboa. Até que sua mãe falece.

Assim, após ter uma família que se deslocara com constância dentro de Portugal, e com isso aprender que viajar pode ser uma forma de tentar recomeçar e melhorar a vida… depois de aprender a profissão de mestre espingardeiro… com a morte primeiro do pai em Óbidos e depois da mãe em Lisboa, Elias Caetano de Mattos resolve atravessar o Atlântico, e ancorar na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará.

Rumo ao Grão-Pará

Ao longo de sua trajetória de vida, Elias Caetano estabeleceu relações associadas à ofícios mecânicos. De início vinha de uma família de mestres artesãos, com o avô alfaiate e o pai espingardeiro. Aliás, talvez considerando o maior prestígio dos mestres de armamentos, nosso personagem abraçou o ofício paterno. Elias também se tornou um mestre espingardeiro e ainda quando em 1738 começam as diligências da Inquisição sobre a vida de Elias, sua ocupação é apresentada como "mestre espingardeiro".

Elias não encontrou sossego em Lisboa. O que nos faz pensar se não houve paulatinamente na capital do Império, durante o avançar da primeira metade do século XVIII, um aumento da

concorrência e a diminuição de demandas de trabalho para mestres de ofício. Soma-se a isso a característica demográfica de regiões como a Estremadura em Portugal; marcada por uma pressão na alta da taxa de masculinidade, que corroborava com tensões relacionadas à oferta de mão-de-obra e mesmo a circunscrição de mercados matrimoniais – não foi por acaso que boa parte dos migrantes masculinos era solteira.

Concomitantemente, o sonho de enriquecimento rápido no outro lado do Atlântico povoava a imaginação de muitos portugueses. O fluxo intenso de lusitano para as Minas é um indício que a América se transformara em signo de enriquecimento rápido, uma oportunidade para homens solteiros a procura de aventura. No outro lado do atlântico se formavam redes de sociabilidade, em especial baseada nas relações familiares que serviam muitas vezes como ponto de atração e ajuda para aqueles que partiam de Portugal e alcançavam as terras do "Novo Mundo". Tais pontos podem auxiliar a compreensão dos motivos que levaram Elias Caetano deixar Lisboa em 1734 e rumar para América. No entanto, a documentação não deixa claro indícios que auxiliem entendermos porque escolheu com ponto de chegada a cidade de Belém do Grão-Pará.

Elias era um migrante, que por vontade própria partira de Lisboa. Não poderia ser colocado no rol dos homens miseráveis, haja vista, que sua família pertencia a um segmento social intermediário: dos mestres de ofício. Não escolhera, como tantos outros portugueses, as terras do açúcar ou as Minas; locais que representavam no imaginário da época riqueza rápida e intensa. Nem mesmo na documentação é citado algum parente ou amigo que estivesse em Belém, servindo como ponto de apoio e atração para Elias. O que talvez possamos imaginar é que algumas histórias de enriquecimento na região possam ter servido como "canto da sereia". E no rol dos conhecidos de Elias figuravam muitos capitães de navio, homens que poderiam instigar a cobiça com a imagem de um "Novo Mundo" pronto para ser explorado.

Podemos assistir um crescimento da população da cidade de Belém, apesar das epidemias de varíola, incrementado pela entrada de escravos africanos, pela circulação de índios descidos e aldeados, de religiosos. Esse aumento populacional ganha força na sua relação com a sedimentação de rotas comerciais entre Belém-São Luis-Lisboa, baseadas na exportação de madeira, algodão, açúcar, tabaco... A cidade assiste um aumento na circulação de pessoas e de capitais. Lugar propício para que pessoas com ofícios especializados pudessem ganhar dinheiro: o que pode ter sido mais um ponto de atração para Elias.

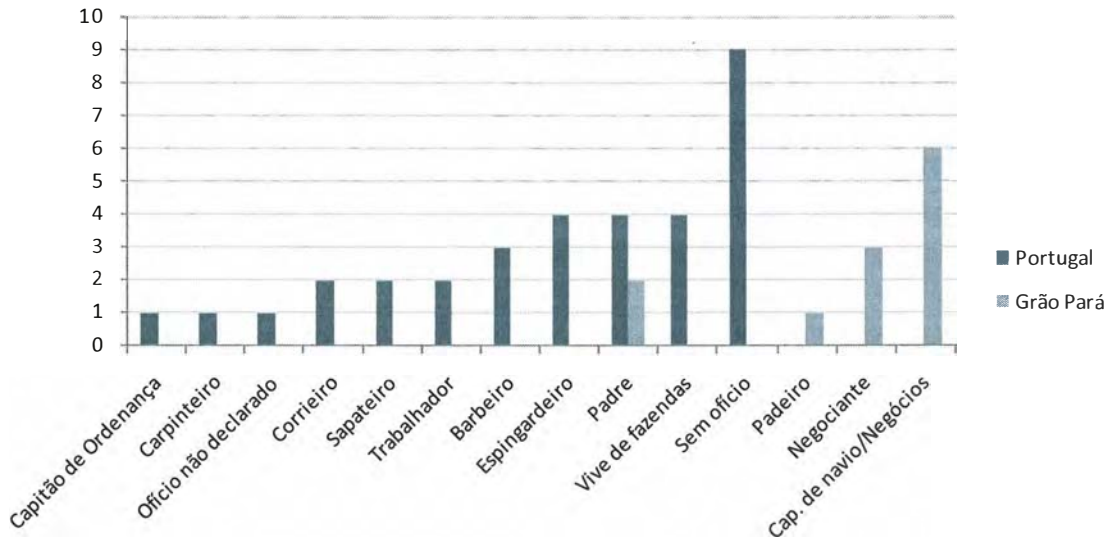
Chegando à Belém, Elias inicia um processo de rápido enriquecimento. Esse processo estava atrelado ao esforço de promoção social. Assim, no ano de 1737 pedia sua habilitação como Familiar do Santo Ofício. A nomeação para Familiar do Santo Ofício era signo de distinção social. O que significa não apenas riqueza material, mas inclui capital simbólico. Como anteriormente mencionado, em Lisboa os mestres de ofício tinham um lugar social de destaque. Mas, apesar disso, não estavam no topo da hierarquia social. E mais, acabavam lidando com estigmas associados ao trabalho mecânico que relativizavam seu lugar social.[12] Em Belém Elias deixa de lado o ofício e passa a viver de suas

12 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*

roças e do trabalho de seus escravos e da utilização da mão-de-obra indígena. Várias vezes foi citado pelas testemunhas da habilitação de Elias, que este possuía escravos; que era uma forma também de distinção social.

Considerando o gráfico da ocupação das testemunhas convocadas pelo Santo Ofício, em Portugal e no Grão-Pará, podemos analisar rapidamente mudanças nas redes de sociabilidades que se atrelavam a Elias e a sua família. Se não vajamos: Em Portugal o número de testemunhas é bem maior (33 testemunhas). E o era por serem as testemunhas convocadas também para falar de gerações passadas de Elias – tanto pelo lado materno quanto paterno. E efetivamente mostra a profundidade das raízes familiares em Portugal. Em Belém, por estar pouco mais de quatro anos na cidade, o número de conhecidos de Elias e de sua família era menor (12 testemunhas).

GRÁFICO 1. Elias Caetano Mattos – Sociabilidade



Fonte: Habilitação do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos, 1736. DGARQ/TT, maço 1, doc. 3

Em Portugal basicamente o grupo maior de informantes estava classificado como sem ofício. Mas, no geral, os depoentes arrolados eram mestres de ofícios. Os ofícios eram variados e não se resumiam aos espingardeiros, mas efetivamente demonstram que existia uma sociabilidade entre os mestres e que em última instância não se resumia ao ofício especifico. A base de apoio para a investigação da vida de Elias e de sua família em Portugal foi os mestres de ofícios. Esse perfil muda quando acompanhamos Elias em Belém do Pará.

No Pará Elias mostra uma intimidade maior com negociantes e com negociantes que eram capitães de navio. Estes últimos eram homens que viviam intensamente o Atlântico como fronteira de dois mundos, e na navegação ganhavam força para se aproveitarem do comércio. Elias havia se casado com uma

esposa cuja família já era natural da terra e monopolizava pequenos cargos administrativos no Maranhão (Tapuitapera) e no Pará (Belém). No entanto seu circulo de sociabilidade não inclui um número significativo administradores locais ou membros de uma elite local. Suas testemunhas, ainda eram na sua maioria homens de fronteiras… pessoas que ainda tinham os pés em Portugal. O que pode em parte justificar o empenho de Elias para se habilitar como Familiar: já tinha fortuna, mas não inserção política.

Mas, deixemos agora de lado Elias e nos encontremos com nosso outro imigrante que partiu de Portugal e aportou em Recife e no Ceará.

João Pinto Martins

João Pinto Martins fez fortuna entre Pernambuco e Ceará.[13] Sua morada cearense era vila de Aracati. Esta vila foi o mais importante pólo produtor de charque da capitania, e teve seu porto como destacado veio comercial na entrada de produtos para o Sertão.[14] A base da economia da vila era as *oficinas de charque*, que não só influenciaram a dinâmica econômica, mas também deixavam marcas profundas no cotidiano dos moradores. O cenário da vila era marcado por ossos nas portas das residências[15], um grande número de *oficinas de carne* se espalhando pelo porto e interior da vila, quintais das casas com mantas de carne sobre estacas e expostas ao sol, um cheiro forte de carne e couro que impregnava o dia e a noite dos moradores e uma imensa quantidade de mosca que vinha atraída pelas *sobras das oficinas* e acabavam invadindo as moradas, as lojas e até mesmo as missas.

Apesar de possíveis inconvenientes causados pelo criatório e produção de charque, a produção pecuarista significou a base da economia do Sertão do Ceará. Embora a produção açucareira tenha dado um impulso inicial para a expansão do criatório de gado, a pecuária cresceu em importância dentro da economia brasileira justamente na contração da exportação do açúcar. A rentabilidade do plantio da cana começou a decair a partir da segunda metade do século XVII e a primeira do XVIII. Esse fato foi engendrado pela conjuntura externa desfavorável ao preço do açúcar, como também pelo fortalecimento da atividade mineradora que era mais atraente para o investimento de capital. A pecuária se beneficiava dos capitais menores e tinha sua expansão acentuada, o couro produzido no Nordeste ganhava crescente fatia do mercado externo. Esse comércio atlântico começou a definhar em fins do século XVII.[16] Ou seja, João Pinto Martins, que tinha lojas, barcos e *oficinas de carne* em Aracati, usufruíra o desenvolvimento da exportação de couro e charque durante toda a segunda metade dos Setecentos, e fizera fortuna com um sistema que envolvia a entrada de produtos no Sertão

13 A trajetória dos Pinto Martins foi analisada com mais detalhe em: VIEIRA JR., Antonio Otaviano. "De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetórias dos Pinto Martins (1749-1824)". *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 16, nº 30, dez. 2009, p. 187-214.

14 VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no Sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/São Paulo: Hucitec, 2004.

15 Os ossos eram fervidos até a extração do *tutano*, para fabricação de manteiga.

16 RIBEIRO JR., José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 145.

cearense (através do porto de Aracati), a produção de charque e a exportação de mantas de carne salgada e de couros para Recife.

Com o dinheiro do charque João Pinto Martins e seus irmãos (que vieram também de Portugal para morar entre Aracati, Recife e Mossoró) construíram significativo cabedal, e deram início à empreitada para a família ocupar um novo lugar social; esse esforço deveria conjugar a acumulação de patrimônio material e a manipulação de títulos, patentes, mercês e cargos. Empenhados em pertencerem ao corpo leigo habilitado pela Inquisição, e atestarem uma suposta *limpeza de sangue*, os quatros irmãos solicitaram ao Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício a nomeação como Familiares. As elites sociais no Brasil procuravam alcançar signos de distinção social definidos pelo centro do Império, e o estatuto de *pureza de sangue* passava a ser arma *nas lutas pelo poder de classificar os indivíduos esgrimidas no campo da genealogia.*[17]O que nos faz entender parte da trajetória de João Pinto Martins dentro de um contexto específico de promoção social, e a importância de signos genealógicos nesse cenário.

Ainda em Portugal, a família Pinto Martins enfrentou um significativo processo de empobrecimento. A vida no norte lusitano – no início do século XVIII – era entrecortada por atividades agrícolas, pela venda de serviços, por construções de pequenas tabernas e por fugas para o Brasil. Assim, as falas das testemunhas, revelam disparidades da vida dos Pinto Martins entre a metrópole e a colônia, entre pobrezas e riquezas, entre os servos da terra e ricos comerciantes, entre a agricultura e o comércio.

Iniciemos com a trajetória de bisavós, avós e pais de José e de seus outros três irmãos. O objetivo é compreendermos esse grupo familiar, na sua origem em Portugal e na sua efetivação no Brasil, lugares onde a investigação dos antepassados era um elemento fundamental de hierarquização na escala social. A primeira referência nos remete mais especificamente a freguesia de Freamunde, então Bispado de Penafiel. Uma vila pequena do norte de Portugal, que não se impunha pelo desenvolvimento de suas estruturas urbanas, mais por uma dispersa população que vivia em casas isoladas e abertas para seus quintais cobertos por plantações de milho e de vinha. Além da agricultura, no geral, outra atividade ganhava destaque: o pastoreio. Nas residências mais isoladas a vida se arrastava, e as famílias reunidas se fortaleciam em dietas enriquecidas por gordura animal e por goles de cerveja e cidra.[18] Lá moravam Manoel Martins e Maria Coelha (bisavós maternos de João) um casal que pouca referência teve durante a habilitação, mas, que de qualquer forma não se destacava pelo cabedal que possuía. Eram pobres, e provavelmente viviam da lavoura. Esse casal teve dois filhos. Um chamava-se Agostinho Martins, e o outro, que nos interessa mais prontamente, era Antonio Martins (avó de João).

Logo Antonio Martins deixou as terras onde nascera e fora morar em Meixomil, também freguesia de Penafiel. Lá casou com Maria Ferreira e o casal passou a sobreviver de uma taberna que possuíam, ou seja, eram vendeiros. Pois bem, do casal Antonio e Maria nasceram dois filhos. Um

17 MONTEIRO, Nuno. *Elites e Poder*. Lisboa: ICS, 2003, p. 135.

18 Cf: http://www.jf-freamunde.pt/historia.html. Acesso em: 20 mar. 2009.

chamava-se, como o pai, Antonio Martins, que continuou morando na região e vivia de fazer e concertar tamancos. A outra filha, e é esta que nos interessa, chamava-se Catarina Martins (mãe de João).

Catarina casou com João Pinto (pai de João). Era ele homem pouco instruído, que deixara suas terras de origem na freguesia de Santa Eulália de Passos para morar em Meixomil. Lá viveu das jornadas de seu trabalho que exercia como cavador de poços, ou atendendo os termos da época: *mineiro d'agua*.

A família de João Pinto era, também, de origem pobre, vinha em franco processo de pauperização: seus pais eram lavradores, e foram obrigados a vender a propriedade. Na documentação não fica claro o motivo da venda, mas é expostas pelas testemunhas suas consequências: para continuarem lavrando a terra acabaram como caseiros da propriedade que possuíam, ou seja, perderam a terra e passaram da posição de pequenos proprietários para moradores; empregados da terra.[19] Os detalhes referentes a família paterna de João Pinto Martins são menos precisos do que os do lado materno, mas as testemunhas também destacam a origem pobre de seu pai e avós.

Do casamento de João Pinto e Catarina Martins nasceram quatro filhos: João, Bernardo, Antonio e José Pinto Martins. Todos pisaram e trabalharam no Sertão da capitania do Ceará. O primeiro deles foi João Pinto Martins, que deixara Meixomil com 10 anos de idade. Fora criado por Domingos Pinto Lobo, homem solteiro e que o embarcara pessoalmente para as terras brasileiras. Ao chegar ao Brasil também não encontrou parentes para recebê-lo, foi obrigado a aprender sozinho a lidar com o "Novo Mundo". Assim, começou em terras brasileiras a saga dos Pinto Martins, que de netos de taberneiros e caseiros, filhos de jornaleiro passaram ao patamar de ricos comerciantes e Familiares do Santo Ofício.

Assim como fizemos com Elias Caetano de Mattos, a análise da sociabilidade de João Pinto Martins e sua família foi ancorada nas testemunhas da habilitação. No caso do irmão mais velho, João Pinto Martins, num processo que ocorreu no ano de 1774, as testemunhas apresentaram uma origem social semelhante. Nesse caso foram ouvidas em Portugal 35 testemunhas, e destas 12 eram lavradores, 13 eram mulheres e por isso não tiveram o ofício declarado, um era jornaleiro, outro era tamanqueiro, três eram padres, um alferes e cinco não tiveram o ofício declarado ou era ilegível. No geral, as testemunhas se enquadravam em estamentos sociais distantes da nobreza e das atividades comerciais ou militares (salvo o único alferes). Já em Recife e Aracati foram ouvidas seis testemunhas, das quais quatro eram Familiares habilitados, quatro eram comerciantes, um era padre e o outro licenciado.

João Pinto Martins tinha mudado de grupo de convívio, demonstrando apoio de membros de uma elite local, comercial e que tinha a legitimidade associada ao Santo Ofício.

Considerações finais

Trabalhamos fundamentalmente com dois documentos: as habilitações Familiar do Santo Ofício de Elias Caetano de Mattos e João Pinto Martins – o que pode ter imposto limites pela redução

19 Toda a trajetória da família Pinto Martins em Portugal foi construída através da habilitação de João Pinto Martins. DGARQ/IANTT, Habilitação de Familiares, maço 157, doc. 1267.

da matriz discursiva. No entanto, a variedade de informações contidas na documentação, a amplitude cronológica abarcada pelo testemunho dos inqueridos, e a diversidade de fontes paroquiais arroladas aos processos analisados nos possibilita um olhar acurado.

O que fizemos, a guisa de um ensaio de pesquisa, foi comparar a história familiar de dois imigrantes portugueses, que tinham em comum o fato de serem habilitados como Familiares do Santo Ofício. Por outro lado, haviam partido de lugares sociais e geográficos diferentes de Portugal. Elias poderia ser enquadrado no que chamamos genericamente de grupos sociais intermediários. João estava na base da pirâmide social, com uma família que vivia um processo de empobrecimento. O primeiro vivia entre a vila de Óbidos e Lisboa, e o segundo em Meixomil no norte de Portugal.

Escolheram regiões diferentes para aportarem, e chegaram com diferentes possibilidades de inserção. Elias escolhera o Estado do Grão-Pará e Maranhão, investiu em roças e escravos. Trazia de Portugal o ofício de espingardeiro. Enriqueceu rapidamente, e só casou após conseguir algum cabedal. Sua esposa trazia na história da família a "mácula" de índio. Após a habilitação Elias "sumiu" da documentação, e a pesquisa feita no Arquivo Ultramarino e na Torre do Tombo não revela nenhum documento relacionado ao seu nome pós habilitação. O que pode ser indício que apesar da posse, ele não galgou voos mais ousados na administração e na economia de Belém.

Já João Pinto Martins conseguiu enriquecer de maneira mais imponente. Chegou á Recife com apenas 10 anos de idade. Não tinha profissão, e só conseguiu iniciar a exploração da pecuária após o casamento. Sua esposa o lançou num grupo de Familiares e comerciantes, que sedimentaram as iniciativas comerciais de João. Por exemplo, seu primeiro sócio era casado com uma das irmãs de sua esposa – e posteriormente um irmão de João Pinto Martins casará com a outra irmã da esposa. Mesmo pós habilitação, ele e seus irmãos continuaram aparecendo em mercês, ofícios, cartas, contratos de dízimos... um homem muito próximo das instâncias administrativas da vila de Aracati no Ceará.

Tais comparações geram mais perguntas que respostas. Mas, a definição do problema é o porto de partida de qualquer pesquisa. Podemos pensar como se cruzam as demandas macro sociais e as contingências individuais que marcam a trajetória dos imigrantes e de seus parentes. Outro ponto que merece ser repensado é a escolha do lugar para se imigrar, que elementos compõem essa opção. Mais especificamente podemos pensar como a idade do imigrante se articula com essa escolha. Por outro lado no lugar de chegada, quais os mecanismos de inserção social adotados pelos imigrantes portugueses? Qual a importância do casamento, como ocorre a composição do mercado nupcial?... muitas perguntas, que não podem ser respondida apenas por um patamar. Temos que reconhecer as diferenças na cronologia da imigração, por exemplo, imigrar para a América portuguesa no início do século XVIII é diferente de chegar no final do século. E ao mesmo tempo podemos cair na armadilha de achar que existe um padrão de imigração para o Brasil, sem que consideremos as diversidades das regiões "brasileiras" que recebiam os imigrantes. Entre Elias e João um mar de possibilidades migratórias emerge, e valoriza a articulação entre estudos seriais e análises de trajetórias individuais.